

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Sociais
Departamento de Relações Internacionais

DÉBORA ANDRADE PAROLIN

A ASCENSÃO DA CHINA E OS DESAFIOS BRASILEIROS NO BLOCO DOS BRICS

São Paulo, SP

2023

Sumário

Abstract.....	1
Introdução.....	1
A estratégia de expansão chinesa e os BRICS.....	7
A relação sino-brasileira e a criação do bloco dos BRICS.....	11
Os efeitos da participação do Brasil no bloco dos BRICS.....	16
Conclusão.....	20
BIBLIOGRAFIA.....	21

Abstract

No século XXI, a geopolítica mundial é influenciada pelo surgimento de potências emergentes que experimentaram rápido crescimento econômico, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A China se sobressai, devido ao seu crescimento econômico impressionante que a tornou a segunda maior economia do mundo. Isso afeta as relações internacionais, com o país usando sua força econômica para obter influência e maximizar seus ganhos na política global. O Brasil, aproveitando-se da sua convergência de interesses com o Império do Meio, sob política de multipolaridade, buscou promover o BRICS como um meio de reformar as instituições internacionais. Mas desafios econômicos e políticos recentes trouxeram incertezas para essa iniciativa. Sobretudo, sobre as verdadeiras ameaças e ganhos do envolvimento do Brasil com a China, tanto intra, quanto extra bloco. Embora o BRICS tenha inicialmente parecido uma oportunidade para o Brasil e outros países emergentes, sugere-se que o Estado brasileiro deve adotar uma abordagem mais pragmática e clara em suas relações com a China e buscar maior diversificação de parcerias internacionais para proteger seus interesses e promover seu desenvolvimento nacional.

Introdução

Apesar de massivamente difundido e aceito pela academia a característica anárquica do Sistema Internacional (SI), é necessário reconhecer que o mesmo sistema é regido por uma hierarquia, que apesar de silenciosa se faz presente. A qual, altera os pesos e as medidas das regras do tabuleiro internacional, conforme o interesse nacional de um grupo seleto de Estados. Essa configuração remonta ao ano de 1945, quando os Aliados¹, vencedores da Segunda Guerra Mundial, formaram a Organização das Nações Unidas, a ONU. Entidade responsável pela manutenção do *status quo* vigente e da qual fazem parte instituições essenciais para o gerenciamento das nações, como é o caso do Conselho de Segurança (CSNU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, se entendeu, ao menos até a ascensão de países emergentes periféricos e semiperiféricos, que a socialização e a difusão de normas e conhecimentos - entendendo conhecimentos como quaisquer ideologias, paradigmas, modelos políticos e econômicos, ideias e outros - era uma via de mão única, nos quais países menos desenvolvidos e com menor poder de barganha no SI, eram meros receptáculos de valores beneficiários e ditados pelo Ocidente. Como uma receita ímpar para alcançar a modernidade e o desenvolvimento (XIAOYU, Pu. 2012).

¹ Os Aliados, a partir de 1942, foram uma coalizão militar internacional formada durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para se opor às potências do Eixo, lideradas pela Alemanha Nazista, pelo Império do Japão e pelo Reino da Itália. Seus principais membros foram a Rússia, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França.

Todavia, a partir da ascensão econômica de países denominados como pertencentes ao "Terceiro Mundo" e a sua conseqüente organização, as potências ocidentais foram colocadas em cheque, cada vez mais questionadas sobre a real legitimidade da sua liderança perante o globo. Um dos principais países motivadores desse movimento é a China, que demonstrou um elevado crescimento econômico, integrando-se ao regime internacional ao mesmo tempo que promovia uma alternativa à experiência democrática liberal. Demonstrando a possibilidade de uma projeção internacional dotada de personalidade própria e descolada dos modelos políticos ocidentais.

Isto é, para além de receptor de normas ela passa a ser um ator ativo capaz de dar contorno à evolução do *status quo* e das próprias normas bases do sistema internacional. O que significa, que para contragosto da polarização ocidental, existem outras normas, ideias e alternativas capazes de dominar o plano global e, se não desafiar, agregar a ordem já estabelecida, promovendo uma maior diversidade de influência e poder, e até a ascensão de um novo ou novos *hegemon* (XIAOYU, Pu. 2012).

Portanto, faz-se necessário, senão essencial, acompanhar e entender a trajetória do país e as suas estratégias de projeção globais, cada vez mais focadas em fóruns multilaterais com a capacidade de contrapor as organizações previamente fundadas e já estabelecidas no regime internacional. Muito se debate no campo prático e teórico das relações internacionais sobre o fenômeno atual que é a República Popular da China (RPC ou somente China), comandada desde a revolução cultural de 1949 pelo Partido Comunista Chinês, o PCC, e atualmente, pelo seu líder de maior patente, Xi Jinping. Em questão de décadas o país passou do status de uma potência emergente, para o status de uma possível superpotência.

No que tange a bibliografia atual são diversas as opiniões sobre as verdadeiras intenções por detrás dos movimentos e estratégias chineses para um futuro de não tão longo prazo. Alguns autores como Xuetong Yan defendem a ascensão de uma nova ordem bipolar às perspectivas de uma nova Guerra Fria, enquanto outros discordam da radicalização de um novo SI, propondo a ascensão de uma nova organização política multipolar, encabeçada pela China e seguida pelos seus principais parceiros, como é o caso do Brasil e da Rússia, por exemplo.

Existem também autores mais céticos, que apontam que apesar da ascensão econômica indubitável do Estado chinês, muito falta para alcançar os EUA e fazer-se questionar o status vigente do SI, principalmente em âmbitos militares e de legitimação. Há ainda, quem argumente que é do interesse da China fomentar este modelo atual que a permitiu transformar-se no que é hoje. A exemplo do não interesse do país em reformar o CSNU e admitir outros membros com possibilidade de veto (LIU, Yu. CHEN, Dingding. 2012).

Independente dos desdobramentos da ascensão da China, há a concordância entre os autores, de que se faz cada vez mais necessário acompanhar e poder prever as tendências de posicionamento

da gigante asiática nas próximas décadas, pois eles serão parte essencial para determinar o sucesso e insucesso de novas iniciativas políticas ao redor do globo. Neste âmbito, há extensa bibliografia debatendo se seria a China um estado disruptivo empenhado em reformular e subverter as instituições do SI a novas normas e regras, ou seria ele um estado não só socializado ao SI vigente, como perpetuador de tal. Havendo compreendido que ele foi o modelo responsável pelo papel exercido por ela hoje.

De toda forma, acompanhando o processo de socialização da China e da sua inserção na ordem global vigente, podemos vislumbrar três macro alternativas, para o desfecho da ascensão de um novo polo protagonista normativo, são elas: i) a manutenção da ordem liberal e a gradual e inevitável absorção do modelo democrático liberal pela RPC acompanhado de uma desaceleração da sua economia; ii) o desafio por parte da RPC a hegemonia atual dos EUA devido ao descontentamento com o sistema vigente ou iii) a insurgência de uma terceira via plural na qual não existem um grupo poderes *hegemon* mas sim a diversidade política, um novo modelo internacional baseando-se na multipolaridade de atores.

No primeiro modelo, a RPC legitimaria ainda mais a hegemonia estadunidense ao entender que ela se beneficiaria das oportunidades de se fortalecer ao se integrar cada vez mais a ordem vigente, ou seja, as oportunidades de ganhar mais respeito internacionalmente, pacificar seus conflitos e formar relações cômodas e estáveis dentro das engenharias do modelo atual (através de regimes internacionais fóruns multilaterais formais como é o caso da própria ONU, o G20 e o CSNU).

Desta perspectiva, seria inevitável uma gradual aproximação do modelo democrático liberal, o que acabaria pressionando o Partido Comunista Chines (PCC) a não só realizar uma reforma política interna, como também a revisão de uma conduta e filosofia centenária. Esta afirmação em si, acabaria por transformar e refutar a afirmação de que a China seja uma segunda via, retrocedendo o entendimento de que ela possa gerar uma alternativa ao modelo vigente. Mas sim, um exemplo de condução para e em direção ao modelo vigente (LIU, Yu. CHEN, Dingding. 2012).

Em segundo, temos a ideia de revolução, isto é, de transição da hegemonia vigente para uma nova hegemonia. O que sugere que a insatisfação da China, em relação aos seus ganhos relativos no modelo atual, chegaria a tal ponto que ela encabeçaria um movimento para a retirada da hegemonia atual através da formação de lideranças e a expansão de suas normas, a partir da criação de blocos apartados do regime vigente e liderados pela mesma, como poderia ser o caso da OCX ou do BRI. Entretanto, vale-se questionar como isso ocorreria na ausência de uma guerra, considerando a alta munção nuclear do mundo globalizado, mais além deve-se lembrar que para que seja imaginável a substituição do modelo atual a RPC precisa se edificar como um modelo social ainda melhor que o

proposto na atualidade (XUETONG, Yan. 2011).

Em terceiro, temos a visão na qual haveria não só a emergência da RPC mas também de uma série de países emergentes, que criariam uma visão reformista do modelo atual, isto é, ao invés de refutar, agregar diferentes visões, ideias e conhecimentos para desenvolver uma ordem plural sem a presença de hegemonias - o que inicialmente foi especulado que se tornaria o bloco dos BRICS. Mas em uma dinâmica de confrontos e cooperações que resultaria em uma divisão mais igualitária de poder. Neste último, o que devemos destacar é que apesar de haver uma clara insatisfação do sistema atual por parte dos países emergentes, não observamos na mesma medida a cooperação e a aceitação das potências ocidentais extremamente conservadoras dessa nova possibilidade de modelo (KAGAN, Robert. 2008).

Independentemente, é evidente que o sistema internacional, as instituições e a governança global estão passando por abalos significativos, abrindo espaço para que atores não tradicionais, como a própria China e o Brasil, se aproveitem de abordagens multiníveis, para exercer e projetar o seu protagonismo. Segundo Ian Bremmer (2023), cientista político, fundador e presidente do Eurasia Group, o mundo tal qual conhecemos hoje está se fragmentando em níveis, camadas nas quais cada superpoder, atores da arena internacional, estão dominando as suas devidas áreas de expertise.

Bremmer destaca dois níveis, o campo das forças militares, irrefutavelmente dominado pelos norte-americanos e a OTAN² que possuem o maior orçamento militar do mundo. E o campo comercial-econômico, dominado a pouco tempo, porém com larga vantagem pela RPC, e exemplificado pela própria dependência que os EUA têm das suas relações comerciais com a mesma. Nesse sentido, pouco surpreende, se conseqüente a essa expansão a China fosse bem exitosa ao dominar a esfera financeira-monetária, hoje reguladas pelo FMI e BM. Deste modo, justifica-se a importância reservada para a análise das relações bilaterais políticas e comerciais da China com os demais países e, sobretudo, com seus aliados históricos.

É, portanto, indispensável que cada vez mais os analistas de política, cientistas sociais e policy makers, prestem cada vez mais atenção na diplomacia econômica bilateral e multilateral da China dentro e fora do campo das instituições internacionais. Ela será crucial para determinar o sucesso de iniciativas internacionais e nacionais-regionais, além de promover insumos para futuras tomadas de decisão na arena das relações internacionais. É nesse sentido que faz-se indispensável analisar o BRICS, o fórum com a principal aproximação entre a China e o Brasil em um contexto multipolar e de cooperação.

Tendo em vista que este último, foi o primeiro país condecorado com o status de "Parceria

² Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Estratégica"³, em 1993, e recentemente elevado a "Parceria Estratégica Global" em 2012 (Carneiro, Ribeiro e Peres, 2021). O que não só elevou o status Brasil como parceiro chinês, mas também o posicionou como um elemento importante da articulação chinesa na América Latina. Assim, é importante entendermos como se formou essa aliança sino-brasileira, a sua importância, o papel da diplomacia intra BRICS e as suas perspectivas de futuro para o alcance dos objetivos dos seus respectivos integrantes.

Criado no princípio dos anos 2000, o que nasceu em um princípio unicamente como uma nomenclatura financeira, acabou por se tornar um mecanismo internacional de cooperação. Um fórum em que países pudessem unir suas forças em pautas de comum acordo, para pressionar o SI e seus atores subsequentes para atingir os seus objetivos de política externa e desenvolvimento. As principais pautas ao longo da criação dos BRICS foram: em primeiro, a reforma do sistema financeiro e monetário regido pelo BM e o Fundo Monetário Internacional - ambas instituições fortemente ligadas ao dólar e aos Estados Unidos - e em segundo, fomentar a cooperação e o comércio Sul-Sul⁴, especialmente intrabloco, promovendo setores como a área da saúde, ciência e tecnologia na busca de tornar os devidos países menos vulneráveis ao ocidente econômicos (entende-se o G7⁵) e concomitantemente suscetível a instabilidades e crises financeiras.

Silva (2020) ainda aprofunda nas verdadeiras intenções do agrupamento:

"Os membros dos BRICS, buscam criar um ambiente internacional pacífico e promover a democracia e a igualdade nas relações internacionais, o que contraria a mentalidade de confronto da Guerra Fria. [...] Adicionalmente, o objetivo estratégico do grupo, BRIC, é construir equilíbrio democrático mundial em um sistema multipolar, com equidade de desenvolvimento e assegurar que a ONU desempenhe um papel central nos temas globais (tradução própria)."

Destacando não só o seu teor pacífico, fundamentado nos Cinco Princípios de Paz e Coexistência no "Espírito de Bandung", como também multilateral e o desejo dos membros de não erradicar a ONU, mas sim conferir a ela um papel essencial nessa suposta "*new order*". Um dos diversos posicionamentos levantados anteriormente.

Vale ressaltar que ainda que o BRICS seja um fórum internacional, ele é desprovido de estatuto e sede - com exceção do NDB, uma tentativa de institucionalizar a organização - o que não

³ Conforme RAMOS (2016), define-se Parceria Estratégica: i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos econômico e sócio-cultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; iv) compartilhamento de visões a respeito da organização do sistema internacional.

⁴ Segundo Bas Hooijmaaijers (2021) define-se como cooperação Sul-Sul, a interação base de dois ou mais estados em desenvolvimento em relações bilaterais, regionais, inter-regionais.

⁵ Atualmente o G7 é formado por Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão.

confere a ele caráter de organização formal ou agrupamento econômico, como é o caso da União Europeia (UE) ou o acordo da NAFTA. Mais além, o BRICS não comporta *binding rules* ou questões referentes à segurança e agrupamentos militares, tal qual a OTAN. Nesse âmbito, ainda podemos destacar o não alinhamento do Brasil, China, África do Sul e Índia, referente à guerra da Rússia com a Ucrânia, tendo somente o Brasil, repudiado a invasão russa no país Europeu de frente a ONU. Ainda assim, segundo REIS (2013) deve-se notar que:

"[...] avançar na reforma das instituições financeiras internacionais, de maneira a refletir as mudanças na economia global, afirmaram a percepção de que os países emergentes e em desenvolvimento deveriam ter mais voz e representação naquelas instituições. A coordenação dos BRICS nessa temática tem recebido grande visibilidade, uma vez que resultados tangíveis têm sido alcançados, como o progresso da reforma das quotas no FMI e no Banco Mundial."

Uma evidência de que apesar de não contemplar parâmetros legais, a entidade possui e possuirá cada vez mais relevância e destaque, principalmente a partir de pautas como a adesão de novos membros, discutido em agosto de 2023 na última cúpula dos BRICS, como também da desdolarização e o acordo de paz entre a Rússia e a Ucrânia. Tornando as suas pautas e consequências de extrema relevância para o Estado brasileiro, principalmente considerando a dependência e proximidade das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e a China, a posição estratégica do Brasil e a questões de segurança, legitimação e acesso a recursos naturais essenciais para a agenda do governo de Xi Jinping (Fragoso, Clara. 2020).

A título de exemplificação, tomemos a desastrosa campanha ideológica do ex-presidente Jair Bolsonaro eleito em 2017, circundada de agressões e críticas violentas ao governo comunista de Xi Jinping, sob a promessa o afastamento do governo asiático e o rompimento de acordo firmados anteriormente sob o norte do Partido dos Trabalhadores (PT), nos governos Lula e Dilma. Como consequência de tais ameaças, o governo Bolsonaro ficou isolado e teve o acesso a insumos da produção das vacinas contra a COVID-19 (Sars-cov-2), a Sinovac, dificultado. Ocasionalmente no prolongamento da pandemia a nível regional e o segundo maior número de mortes pelo COVID-19 do globo. Mais além de uma perda monetária na casa de milhões de dólares, devido a compra de vacinas superfaturadas da União Europeia (UE) e a retração do PIB (BORGES, NAGUAL e MARTINS. 2021).

Na época, coube a paradiplomacia, e a influência de cidades e estados como São Paulo e capital, restabelecer as relações com o governo do PCC e acalmar os ânimos em setores chaves da economia que demonstraram intensa insatisfação com as manobras do governo do PSL⁶. Com a repercussão negativa das estratégias empregadas pelo governo. O ex-presidente foi obrigado a

⁶ Partido Social Liberal ou PSL, o até então partido do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Mais tarde ele seria expulso do mesmo devido a radicalismos excessivos e divergências estratégicas com o presidente e integrantes da cúpula diretiva do partido.

abandonar seu idealismo político e assumir uma postura mais pragmática em relação à China.

Concomitantemente, observamos que, para o bem ou para o mal, a economia e a política brasileira estão intimamente ligadas às relações com a China, assim como, pautas importantes para o governo de Xi Jinping, demonstram obter fortes raízes no continente latino. Assim, não só é importante perceber essa interdependência, como entendê-la de maneira a tirar proveito da mesma em ambos os lados, endereçando as ameaças e as oportunidades, sobretudo, frente ao crescimento espantoso da influência da China sob o globo.

A estratégia de expansão chinesa e os BRICS

A partir do século XXI a geopolítica mundial passou a ser afetada pelo surgimento de estados emergentes. Países que vivenciaram ou estão vivenciando um rápido e alto desenvolvimento econômico, porém ainda não alcançaram o mesmo nível de desenvolvimento de países desenvolvidos. Como é o caso de diversos estados europeus e os Estados Unidos da América. Segundo Silva (2015), às economias emergentes ao crescerem mais rapidamente que o resto do mundo, e ao oferecerem novas condições ao investimento estrangeiro, tiveram e têm um efeito considerável na competitividade das empresas - como podemos observar na ascensão de companhias não ocidentais, como as chinesas *Build Your Dream* (BYD) e a própria Huawei, as brasileiras Gerdau e BRF e o grupo multimilionário indiano Tata - no comércio internacional, sendo hoje Brasil, Índia e China respectivamente a nona, sétima e segunda maiores economias do mundo (FMI, 2023), e no modo de vida das pessoas das economias tradicionalmente mais fortes, como é o caso da fundação de diversas Chinatowns e Institutos Confúcius, dedicados ao ensino da língua e cultura chinesa.

É a partir desta percepção que o economista Jim O'Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs criou, no princípio dos anos 2000, o acrônimo "BRIC", sigla que unia as quatro principais economias emergentes do mundo a luz da época, são elas o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e, posteriormente, a África do Sul que foi acrescentada em 2011 a partir da iniciativa da China, consolidando o bloco como BRICS. É inegável que essas economias têm gerado grandes afetações no sistema internacional, sobretudo a RPC, a qual em grande medida soube aproveitar o boom de desenvolvimento. Segundo Garlick (2020) a estratégia chinesa de desenvolvimento foi construída de tal modo sobre uma combinação bem-sucedida, de uma enorme massa de mão de obra barata, mercados internacionais e importação de matéria-prima que hoje o país tem sua economia intimamente ligada aos demais países, não podendo ser desvinculada dos mesmos.

O que reverbera que a economia, principal fonte de projeção do poder chins contemporâneo, pode se converter em uma ferramenta de interesse político através da influência

que exercem em Estados terceiros e atores internacionais. Segundo Garlick (2020), é desta maneira que o mundo ficou sensível aos incentivos e ameaças econômicas do Império do Meio, podendo este cada vez mais utilizar-se da sua força econômica para angariar resultados não só na esfera comercial como também na política, principalmente em fóruns e espaços tradicionalmente dominados pelo ocidente.

Um efeito cada vez mais inquietante, uma vez que diversos relatórios de agências internacionais da ONU estão prevendo que a China ultrapassará economicamente os norte-americanos em questão de décadas. Segundo dados divulgados pelo FMI (2021) é projetado que a China ultrapasse os Estados Unidos como a maior economia mundial em termos de PIB nominal até 2028. O que deverá ser intensamente sentido pelas economias tradicionais, uma vez que o impacto da ascensão das economias emergentes dá-se com o aumento do desemprego, a deslocalização das empresas, a redução da produtividade, a emigração e o declínio demográfico (SILVA, Jorge. 2015).

O resultado, o encarecimento dos custos de vida no Norte e o barateamento dos custos de vida no sul, um fenômeno intimamente ligado à ascensão da classe média local e da representação percentual de jovens com formação superior no país. Responsável por reações nacionalistas e anti-china em diversas sociedades, como é o caso dos Estados Unidos e Inglaterra, que têm observado a ascensão da extrema direita e políticos linha dura no poder favorável ao protecionismo econômico, o isolamento político e a expulsão de empresas não nacionais, mais ainda as chinesas.

Desta maneira, esta seção tem por objetivo primordial, explorar o projeto de projeção internacional da República Popular da China consequente do seu inigualável desenvolvimento econômico. Promovendo um debate sobre a sua expansão no âmbito de organizações internacionais, sobretudo no BRICS e a diplomacia econômica multilateral, para mais a frente, refletir sobre suas consequências no Brasil.

Neste contexto, de acordo com Xun Pang (2014), no relatório do XVIII Congresso do Partido Comunista Chines em 2012, um dos documentos oficiais mais importantes do país. Pequim estabeleceu como os quatro pilares da diplomacia multilateral chinesa a ONU, o G20, a Cooperação de Xangai e os BRICS. E mais tarde incluiria também a iniciativa do Cinturão e da Rota - traduzida do inglês "Belt and Road Initiative" ou simplesmente BRI. Juntos, esses cinco organismos multilaterais formariam o palco dos principais projetos e iniciativas chinesas para a década seguinte. Devido a magnitude e as diferentes vertentes de teoria de relações internacionais que abarcam todos esses projetos, para termos desta dissertação aprofundaremos somente no BRICS, o projeto que mais diretamente impacta o Brasil.

O BRICS, foi criado como um fórum intergovernamental de cooperação, no qual, os países membros, detentores de economias, populações e, em menor medida, espaços geográficos

semelhantes, pudessem ter a oportunidade de debater pautas importantes em comum acordo e unir forças para pressionar o SI e seus atores subsequentes para atingir os seus objetivos de política externa e desenvolvimento. Ainda, a constituição do BRICS é entendida como um mecanismo político-diplomático, que surgiu em um momento de redesenho da governança global, no qual há um sentimento na política internacional de dúvida sobre a legitimidade e representatividade dos países que têm guiado as esferas internacionais desde o pós-guerra REIS (2013), uma inquietação que facilita a ascensão de outros protagonistas no SI. Nesse cenário, reconhecem-se os ganhos econômicos e comerciais da China no bloco, sendo ela segundo Silva (2015) responsável por 85% de todo o comércio intra-bloco e 55% do PIB total dos BRICS, além de ser o principal parceiro comercial de 3 dos demais 4 participantes: Rússia, África do Sul e Brasil.

De forma generalizada, a partir do fomento do comércio intrabloco, a criação do banco dos BRICS e as discussões para a aceitação de moedas locais, pode-se averiguar os ganhos chineses nos seguintes domínios: a internacionalização do yuan (RMB), o aumento de poder de voto nas instituições financeiras internacionais, a permanência do estatuto de país em desenvolvimento - necessário para garantir o apoio de países periféricos e a não oposição dos mesmos - interesses geopolíticos e geoestratégicos e o aproveitamento da rede de interações diplomáticas para aumentar o seu poder social e direcionar a tomada de decisões a seu favor (PANG, Xun. 2014). Fomentando cada vez as trocas comerciais e o investimento estrangeiro direto (FDI).

Wang (2019), observa que os novos bancos de multilaterais de desenvolvimento, foram criados por economias em desenvolvimento frustradas com as instituições de Bretton Woods, sobretudo, com a representação no BM e no FMI, no quais apesar do BRICS compelir certas mudanças, se provaram limitados e insuficientes. Sugerindo que a criação e o investimento da China no AIIB e no NDB⁷, faz parte de uma estratégia mais ampla de política externa, na qual a chancelaria chinesa usufrui-se de estruturas paralelas para sistematicamente desafiar a ordem internacional existente. Nota-se que o país possui papel proeminente em ambas as instituições, hospedando suas respectivas sedes e atuando como um importante financiador.

Crítica-se, que por décadas o BM negligenciou financiamentos em infraestrutura em favor de "*poverty relief*" e "boa governança", e assim como o FMI, impunha condições sobre os empréstimos, buscando usar o financiamento desse desenvolvimento como uma ferramenta para incentivar a mudança de políticas nos países devedores, contrariando a política nacional de diversos países, principalmente Brasil, Rússia e China, de não intervenção e autodeterminação. Soma-se a isso, o fenômeno da burocratização que desencadeou a extrema ineficiência do organismo.

Os fundadores do NDB, alegam que a nova instituição corrigiria esses erros, entregando maior representatividade para os países em desenvolvimento, foco em infraestrutura, separando a

⁷ New development Bank.

política dos empréstimos e melhorando a eficiência. Algumas das diferenças notáveis do NDB que o tornam inovador, são: 1) o investimento em projetos verdes, 2) o financiamento de projetos em moedas locais e 3) a impossibilidade do surgimento do poder de veto (WANG, Hongying. 2019).

Faz-se importante ressaltar, que a criação dos BRICS e os seus correspondentes ganhos econômicos, corroboram também para uma estratégia de ampliação da zona econômica da grande China. Pois se converte em uma forma de neutralizar ameaças de grandes vizinhos, como é o caso do Japão e Cingapura, balanceando a influência de outros blocos econômicos como a UE e o próprio NAFTA, e controlar com maior proximidade a agenda russa, uma vez que o país oscila entre aliado e concorrência direta na Ásia Central e no leste europeu. Outra iniciativa que abarca o ex-soviético é a OCX, que tem por objetivo principal manter a paz e a prosperidade da região, enquanto luta contra o tráfico de drogas e o terrorismo.

Em suma, segundo Silva (2015):

"[...] temos que considerar os BRICS como uma importante plataforma estratégica para os interesses políticos comerciais da China. [...] Nesse sentido, numa lógica em que "a união faz a força" Pequim pode reforçar o seu peso no espaço internacional."

Uma vez que ao contrário da OCX, cujo foco estratégico é estritamente regional, o BRICS tem abrangência global com capacidade de envolvimento de atores de todos os quadrantes geográficos, também em contraponto com o BRI não se restringe a projetos de infraestrutura e poderá solidificar a predominância chinesa caso está use da sua influência para a aquisição forçosa de novos membros. Por outro lado, Silva (2015) também destaca:

"[...] em contraste com o G20, este grupo não inclui potências ocidentais e a agenda não é definida pelos interesses de governança econômica global. O grupo permite o foco nos interesses específicos do mundo em desenvolvimento, beneficiando-se das redes que se estabelecem entre seus membros. O caminho está traçado e já poucos podem negar que a grande aspiração de Pequim, mesmo que não pareça, é de se tornar uma grande potência global."

Desta maneira, através da participação da China em fóruns internacionais multilaterais já existentes e na criação de novas instituições multilaterais alternativas. É possível identificar que, partindo do seu incrível crescimento econômico, o país tem abordado a esfera econômica internacional de maneira a maximizar seus ganhos nacionais em variados campos, não incluindo somente o comércio. Para tanto, ele se vale do seu domínio e sua vantagem comparativa nos investimentos e intercâmbios econômicos. Nesse sentido, podemos emprestar a definição de política econômica de Okano-Heijmans (2011) quando ele enuncia que:

"[...] a diplomacia econômica envolve o uso de meios políticos como influência em negociações internacionais, com o objetivo de aportar a prosperidade nacional, assim como o uso de meios de influência econômica para incrementar a estabilidade política da nação (tradução própria)."

Por conseguinte, podemos avançar para Gilpin (2001) e entender que os laços econômicos entre Estados, quase sempre então intimamente enredados com relações de poder, os quais têm a

capacidade de gerar oportunidades, como também assimetrias. Através da construção de dependências que são exploradas pelo lado mais fraco. Sendo uma das estratégias, que esses Estados tenham incentivos para aumentar a dependência a outros Estados através de políticas como ajudas estrangeiras, financiamento direto e concessões comerciais.

Segundo Rubiolo e Busilli (2021), foi a partir da crise financeira de 2008 e a habilidade do PCC de superar questionamentos e reivindicações internas, que terminou consolidando o Império do Meio como o motor de recuperação econômica da contemporaneidade. Fazendo com que a política de ascensão pacífica de Xi Jinping, já institucionalizada, se transcrevesse para ascensão de diversas iniciativas econômicas baseadas em fóruns multilaterais, responsáveis por remodelar a governança global. A grande questão que surge através dessa ascensão é: quais os fins que a China pretende dar para a criação de novas relações de poder?

A relação sino-brasileira e a criação do bloco dos BRICS

Dentro da literatura brasileira não há unanimidade sobre as características das relações Brasil-China, assim como não há um único posicionamento sobre o bloco dos BRICS e os seus verdadeiros efeitos na agenda brasileira. A título de exemplificação, podemos tomar o último encontro da cúpula dos BRICS, em agosto de 2023 na África do Sul. No qual alguns especialistas apontam a perda do protagonismo brasileiro com a decisão de ceder às exigências chinesas de expandir o bloco, enquanto outros enxergam com otimismo a contrapartida chinesa, com uma menção a pretensão de promover uma reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o P5, uma pauta antiga da diplomacia brasileira somado ao lobby bem sucedido da chancelaria de angariar um convite para o seu vizinho, a Argentina.

Independente da interpretação dada ao BRICS e os seus ganhos reais, a construção da relação da RPC com o Brasil, possui laços históricos e remonta ao ano de 1964, quando em uma primeira tentativa de aproximação, o então presidente João Goulart chefiou uma missão comercial com uma comitiva formada por empresários e diplomatas para estabelecer formalmente uma interlocução entre o governo brasileiro e o partido comunista de Mao Tse-tung. Essa tentativa de aproximação iria ser mais tarde frustrada pelo golpe militar que o removeu do poder no mesmo ano. E só voltaria a gerar frutos dez anos mais tarde sobre o governo do também militar Ernesto Geisel. Quando em uma atmosfera de abertura política e aproximação dos governos dos EUA e da China, a convite da delegação chinesa, uma segunda missão comercial brasileira para o estreitamento das relações entre Brasil e China foi enviada a Pequim.

O diálogo intergovernamental e a modificação progressista da reação do governo decorrente desta missão, se deve, quase integralmente, ao suporte e à expectativa do empresariado com a perspectiva do comércio bilateral com a grande China, fomentado sobretudo por setores estatais,

extrativistas e do agronegócio (Carneiro, Ribeiro e Peres, 2021). Esse foi um primeiro movimento de estreitamento econômico-comercial que fez parte de uma macroestratégia de fomento às ambições globais chinesas.

Neste contexto, faz-se necessário elucidar que as bases do relacionamento sino-brasileiro, desde o seu princípio, estão fundamentadas em interesses econômicos-comerciais bilaterais, por mais que não se restrinjam somente ao mesmo. Uma evidência é que o acesso brasileiro ao mercado chinês e a intensificação das relações comerciais entre ambos os países foi condicionada à declaração por parte do governo brasileiro do reconhecimento de uma única China, reafirmando que Taiwan é um território integral e inalienável. E comprometendo-se a desenvolver seu relacionamento “nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não agressão, não intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica”.

Mais além, Busilli e Jaime (2021), apontam que a região é rica em recursos considerados por Pequim, estratégicos para a segurança alimentar e energética do país, como cobre, petróleo bruto, minério de ferro e soja; e compatibilidade econômica, como um exportador de commodities e importador de bens manufaturados. Objetivo, que de encontro a um mercado, altamente rentável, formavam as bases do interesse econômico no Brasil e região. Agrega-se a tais ganhos práticos, o fato de que as relações econômicas internacionais são essenciais para o desenvolvimento econômico a longo prazo, e que Pequim necessita de um ambiente pacífico para sustentar tal desenvolvimento e consolidar-se como poder global (NORRIS, William. 2010).

É interessante notar, que a partir da década de 80, o relacionamento de ambos os países emergentes é visualizado com certa naturalidade e coesão, uma vez que ambos possuíam grande convergência nos mais diversos temas políticos. Segundo dados do próprio Itamaraty (2018), cerca de quase 95% das posições e votações chinesas perante a ONU eram idênticas às brasileiras. Demonstrando que era possível a dois países de sistemas políticos diferentes desenvolverem laços intensos, sem a interferência nos assuntos domésticos respectivos (Carneiro, Ribeiro e Peres. 2021). O relacionamento sino-brasileiro foi entendido como um exemplo de aproximação entre países com regimentos políticos opostos, comprovando a possibilidade de coexistência, convivência e cooperação em meio a tais assimetrias. Um fenômeno importante no projeto de reinserção chinesa no Sistema Internacional, ainda bipolarizado e em meio a Guerra Fria.

Já na década de 90 ambos os países passaram por fenômenos que possibilitaram o estreitamento do seu relacionamento. O Brasil, em meio ao processo de democratização, se despreendeu das amarras políticas-ideológicas que o impedia de promover iniciativas que extrapolassem a esfera comercial, possibilitando o início de programas de cooperação voltados para os setores de tecnologia, energia e espacial. Ao mesmo tempo, o Ministério da Economia brasileiro,

promovia o Plano Real de estabilização violenta das oscilações monetárias e o país sentia os efeitos do boom agrícola, o qual permitiu que o Brasil deixasse de ser um importador líquido de alimentos para um exportador de excedente agrícola. Possibilitando que ele tivesse mais força econômica para se projetar internacionalmente para novos negócios e comércios (Carneiro, Ribeiro e Peres, 2021).

Essa força agroexportadora, tomaria a frente do PIB brasileiro, sendo responsável tanto pelo seu desenvolvimento econômico, como pelo interesse chinês, que via no Brasil mais uma fonte de segurança alimentar, de diversificação de importações e relacionamentos internacionais, como também um aliado regional positivo. Em contrapartida, essa mesma força e oportunidade agroexportadora seria uma das raízes do atraso brasileiro no investimento em educação e tecnologia, em prol do desenvolvimento da indústria nacional, de bens manufaturados de maior valor agregado e capital pensante, principais commodities do capitalismo mundial globalizado. Limitando o potencial de crescimento econômico do país, e promovendo a manutenção da sua característica de subdesenvolvido a partir da estagnação do seu papel na DIT⁸ (FRAGOSO, Clara. 2020).

Na outra extremidade, a China sentiu os efeitos positivos das reformas econômicas de Deng Xiaoping, que conseguiram estabilizar o crescimento econômico chinês em um patamar médio de 10%, durante toda a década. Essas características possibilitam um intercâmbio comercial crescente. Que se oscilava entre 2 a 3 bilhões de dólares na década de 90 alcançou em 2001 a marca dos 4 bilhões e chegaria a 9 anos mais tarde, na casa dos quase 60 bilhões de dólares (Carneiro, Ribeiro e Peres, 2021). É a partir deste crescimento bilionário que a China foi entendida como parte desse grupo potencial, determinado como BRICS.

Já na primeira década do século XXI, em contraste às anteriores, é quando começamos a sentir os impactos da adesão da China e do Brasil às instituições e fóruns multinacionais. Com destaque sobretudo a entrada da China na OMC em 2001, um avanço importante na sua projeção dentro da ONU e a formação formal do bloco dos BRICS em 2009. Ambas as movimentações se tornaram pontos focais estratégicos para a relação sino-brasileira nos anos subsequentes.

Segundo Carneiro, Ribeiro e Peres (2021), a importância da entrada da RPC na OMC se traduz como:

"[...] a convergência de China e Brasil em torno do regime multilateral de comércio, bem como as oportunidades que o mercado chinês abria às empresas brasileiras para explorar seu gigantesco mercado e aproveitar as concessões que o país fazia tiveram papel importante no adensamento das relações comerciais."

Essa introdução, corroborou com uma estratégia presidencial brasileira que tinha como objetivo primordial o desenvolvimento nacional e um novo ordenamento político internacional no qual o Brasil, tivesse um posicionamento de destaque, não só como uma potência regional, mas

⁸ Divisão Internacional do Trabalho.

internacional, capaz de exprimir suas vontades nas organizações multilaterais como é o caso do Banco Mundial e FMI, principais alvos, da primeira década de pautas dos BRICS (SILVA, André e HOLLEBEN, Raquel. 2022).

Vale salientar, que a partir de 1990, a nova matriz de política externa brasileira, teve como principais características o aprofundamento da integração regional, a retomada da tradição multilateral, o surgimento de agendas sociais, um novo perfil crítico as assimetrias entre os Estados, bem como a reaproximação com os países subdesenvolvidos. Soma-se a essa descrição o entendimento do governo Lula no início dos anos 2000, que alavancar a cooperação Sul-Sul e institucionalizar a coordenação com os países emergentes via BRICS, encontram respaldos no cerne dessa nova política de contribuir para o estabelecimento de um sistema internacional multipolar, através da democratização das relações internacionais. Assim, a importância do BRICS se dá na representatividade brasileira como potência emergente, isto é, um espaço com a capacidade de consolidar as demandas nacionais de exercer protagonismo em um novo *status quo* internacional.

Segundo Celso Amorim, chanceler dos primeiros governos Lula:

"Nossa política externa enfrentou “aquela velha opinião” de que exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com a nossa grandeza - não só econômica, mas também política e cultural - seria inútil ou, mesmo perigoso. O Brasil soube desafiar o falso paradigma de que nossa política externa deveria pautar-se pela noção da “limitação de poder” (BRASIL, 2010)

O planejamento estratégico para o grupo BRICS durante o período de liderança de Lula-Amorim, refletiu uma reorientação na política externa do Brasil, destinada a enfrentar os principais desafios tanto internos quanto externos que o país estava enfrentando. No cenário doméstico, esses desafios incluíam a luta contra a fome e a pobreza, o desenvolvimento sustentável, bem como a superação de vulnerabilidades no âmbito internacional.

De acordo com Andrew Hurrell (2010):

"[...] a legitimidade brasileira no mundo e a posição pessoal do presidente (Lula), estão fortemente conectadas aos compromissos sociais que marcaram as políticas domésticas. [...] De acordo com essa visão, o Brasil pode se declarar com mais confiança e autoridade no exterior, por conta do que alcançou em casa. [...] As mudanças alçadas incluíram: o retorno de níveis relativamente altos de crescimento econômico nacional, sucesso no alívio da pobreza, alcance de uma política energética auto suficiente, a perspectiva de se tornar um grande produtor de combustível no futuro, assim como mudanças no comércio com o *boom* do mercado de *commodities*, que reverberou na mudança do principal parceiro econômico do Brasil, dos EUA, para a China.(tradução própria)"

Por outro lado, nos finalmentes do segundo mandato do governo Lula-Amorim, no contexto internacional, o Brasil estava lidando com a crise financeira global, a ausência de uma governança mundial estável e democrática, as consequências das mudanças climáticas e a escassez de energia e alimentos a nível global. Todos esses desafios foram exacerbados pelo início da crise financeira internacional em 2008 (SILVA, André e HOLLEBEN, Raquel. 2022). Diante desse panorama, fica

claro que era necessário reformar as instituições internacionais para abordar as disparidades resultantes de uma globalização assimétrica e desigual (BRASIL, 2010). Na verdade, segundo Silva e Holleben (2022), à medida que os países emergentes demonstravam resiliência diante da crise financeira internacional, a dinâmica geopolítica global começou a apontar para a emergência de um mundo multipolar. E as principais prioridades da agenda externa do BRICS convergiam para um objetivo comum: a necessidade de promover a democratização das relações internacionais.

É neste sentido, que o Brasil se empenhou em fomentar uma agenda dos BRICS, no objetivo de avançar com reformas financeiras que refletissem em impactos reais na economia e pudessem frear ameaças de crises como foi o caso da crise dos Tigres Asiáticos e a crise imobiliária de 2008. Além de angariar investimentos locais que pudessem promover desenvolvimento e melhores condições de vida para a população local. Como foi o caso da criação de um parque tecnológico dos BRICS, o intercâmbio de conhecimento e a intensificação do comércio intra-bloco. Que chegou a alcançar em 2017, cerca de 89,7 bilhões de dólares, um avanço de quase 28% comparado ao ano anterior (Itamaraty, 2018).

Todavia, o governo seguinte de Dilma Rousseff enfrentou uma conjuntura econômica e política consideravelmente mais complexa. No cenário internacional, a crise que destacou os subdesenvolvidos foi gradualmente dando lugar a uma recuperação econômica e ao controle da crise pelos centros hegemônicos. E as medidas protecionistas implementadas nesse processo impactaram negativamente o comércio global, prejudicando os países emergentes. Isso destacou a vulnerabilidade externa de suas economias e limitou sua capacidade de atuação mundial. Deste modo, os efeitos da crise internacional na economia doméstica brasileira foram mais evidentes durante o governo de Dilma, comprometendo o balanço de pagamentos e a capacidade de engajamento internacional do Brasil nesse período, enfraquecimento duramente sentido nos BRICS.

Segundo Silva e Holleben (2022) a política externa deste período refletiu uma preocupação constante com o protecionismo perante os organismos internacionais, que foi uma das causas da desaceleração econômica brasileira. Isso também permaneceu como uma das principais prioridades na agenda do BRICS, que intensificou seus esforços reformistas para mitigar os impactos da crise, que ressaltou as desigualdades da globalização. O ressurgimento do protecionismo no cenário internacional destacou uma arquitetura financeira incompatível com os objetivos de desenvolvimento dos países do BRICS, levando-os, segundo os autores, a se unirem em busca do desenvolvimento comum. O que resultou em avanços significativos na institucionalização do grupo, com um forte apoio da política externa brasileira até a desaceleração das políticas intra-BRICS, com a ascensão do governo Temer, e posteriormente de Bolsonaro.

Conforme Bas Hooijmaaijers (2021) aponta, a partir de 2019 com a ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil, a chancelaria e a sua conseguinte política externa nacional adotaram uma

posição fortemente pró-EUA, especialmente pro-Presidente Donald Trump, com duras críticas frequentes ao governo do Partido Comunista Chinês. Deste momento em diante, começamos a observar controvérsias entre setores do governo em relação a postura China e BRICS, sobretudo entre o setor manufatureiro, que os entende como competição direta e desigual, e o agroexportador que vê na fortificação do relacionamento uma oportunidade exportadora significativa pro mercado.

Segundo Fragoso (2020):

"[...] o Brasil pode tirar proveito de tais relações (como a parceira com a China) e, por outro lado, pode acabar comprometidamente enredado em novas formas de imperialismo, subalternizando-se. As modificações que o bloco BRICS (ainda) propõem aos organismos internacionais de poder são de grande importância para o Brasil, mas cabe às autoridades brasileiras terem atenção e visão de longo prazo para que, no futuro, o Brasil não seja excluído dos benefícios da economia global."

Nesse sentido, as relações sino-brasileiras se mostraram particularmente sensíveis. Quando ao criticar a China por "comprar o Brasil", o governo observou uma redução drástica no EDI do seu principal investidor, uma mensagem clara da diplomacia econômica do Império do Meio, que reduziu o fluxo de capital para o país que se demonstrou hostil (BUSILLI, Virginia e JAIME, María. 2021).

Os efeitos da participação do Brasil no bloco dos BRICS

Os BRICS nasceram da identificação entre as partes envolvidas como potências emergentes, países em desenvolvimento que não se beneficiaram e não se beneficiam das instituições do pós-guerra, oriundas do tratado de Bretton Woods. Desta maneira, é correto dizer que além de preocupados com questões econômicas, o bloco ansiava por reformas que promovessem maior democratização do SI, para países não desenvolvidos. Foi assim que ele atuou de forma coordenada para avançar em transformações nas instituições de governança financeira do globo.

De acordo com Carneiro, Ribeiro e Peres (2021):

"O grupo foi determinante para a reforma das quotas do FMI, aprovada em 2010 e implementada em 2015, que aumentou o poder decisório dos países em desenvolvimento no Fundo. A coalizão ganhou lastro institucional ao criar o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), em 2014, com vistas a financiar projetos de infraestrutura e promover a estabilidade financeira nos países-membros."

Ainda, em termos numéricos destaca-se, desde o ano 2000 a participação dos BRICS no GDP⁹ mundial nominal, que cresceu de 8% para 22%, enquanto o do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), declinou de 65% a 45%. Medido por paridade de poder de compra, o BRICS e o G7, individualmente, são responsáveis cada um por 1/3 do GDP mundial. O que demonstra o significativo aumento do peso do grupo, no cenário internacional (WANG, Hongying. 2019).

⁹ Gross domestic product.

Esse crescente poder de influência do bloco, ressalta a predominância do interesse dos participantes neste tipo de cooperação sobre as suas diferenças geopolíticas e militares. Uma evidência é a constância dos encontros de alto nível entre os representantes de tais países (HOOIJMAAIJERS, Bas. 2021). Além da harmonização de posições em assuntos multilaterais, com ênfase, porém não necessariamente de forma limitada, em questões econômicas, como foi o caso do ACR e o uso do NDB, para promover a recuperação econômica após a COVID-19.

Deste modo, hoje, o BRICS oferece um espaço de diálogo direto significativo entre o Brasil e a China, gerando oportunidades para que seus líderes se reúnam à margem das cúpulas anuais, para debaterem temas importantes para ambos. Como é o caso de pautas em torno da sustentabilidade, autonomia internacional ou até a crise venezuelana. Segundo Molin, Castelli e Nadal (2019):

"A partir do início da cooperação do BRIC, as trocas não só comerciais, como tecnológicas e diplomáticas entre o Brasil e a China foram fortalecidas [...]".

Segundo autores, a criação do NDB e do ACR em um ambiente intra-bloco, também reforçaram de tal forma as relações intra-bancárias entre Brasil e China, que hoje a nação brasileira não só conta com uma sede do NDB, como também do AIIB onde possui status de membro fundador, um ganho pragmático dentro do projeto de expansão brasileiro.

Mais além, é importante lembrar que a entrada do Brasil nos BRICS fez parte de uma estratégia nacional de ampliação da participação do país em fóruns multilaterais. Isto é, a mesma estratégia impulsionou a criação do Mercosul e do IBAS, fóruns de diálogo também Sul-Sul (um interesse comum sino-brasileiro). Entretanto, o grande destaque do BRICS é a sua diferenciação aos demais fóruns: a participação de dois integrantes asiáticos importantes e de um integrante meio asiático e meio europeu. Tornando-o mais diverso, menor regional e uma oportunidade para o Brasil de acesso ao mercado asiático e a expansão no número de aliados.

Por outro lado, vale destacar que a estratégia e o entendimento do que é o bloco dos BRICS se desdobrou, ao longo dos anos, de maneiras diferentes para o Brasil e a China. Por um lado, apesar do Brasil considerar o BRICS um fórum ideológico anti-imperialista e decolonial, muitas foram as declarações presidenciais, de que o objetivo brasileiro não é, e nunca foi, contrapor a ordem vigente, senão propor a sua reforma, a partir da oportunidade de organizar Estados do sul global para complementar os fóruns pré-existentes (HURRELL, Andrew. 2010). Enquanto, do lado chinês, apesar de não enunciado, eram claras as iniciativas de contraposição ao G7 e o G7 expandido, o atual G20 - que conta com as 20 principais economias do globo - não só na iniciativa do BRICS, como de outros fóruns regidos e criados pela mesma, como é o caso da OCX e até mesmo o próprio BRI.

De toda forma, há ainda quem critique a conjuntura do BRICS e, sobretudo o seu viés ideológico, Bas Hooijmaaijers (2021) destaca as diferenças entre os resultados políticos declarados e os verdadeiros resultados alcançados. Ele contesta esse caráter contestador do fórum, uma vez que este novo framework proposto pelos países não é contrário ao livre comércio e à globalização. Ele também argumenta que as trocas intrabloco nem se aproximaram ao seu verdadeiro potencial, e ao longo da sua vida útil, os estados participantes privilegiaram acordos bilaterais, sobretudo com a China, a uma verdadeira troca econômica pentagonal entre os países integrantes. O que ocasionou uma importante desigualdade de poder indireto no grupo, concentrado na grande chinesa.

Assim, como era de se esperar, o Brasil depende mais da China, do que a China do Brasil, uma vez que o estreitamento da relação sino-brasileira não aconteceu sem contrapartidas. O que evidenciamos, é uma forte influência da China que se reverbera, com a compra de terras, investimentos na infraestrutura e ganhos em licitações nacionais, a abertura de portos e ferrovias e, cada vez mais, se tornar o principal importador de produtos alimentícios brasileiros, com destaque a soja diretamente ligada a uma classe agroexportadora importante na economia nacional. Esses investimentos no Brasil, como outros focados na região da América Latina, podem e devem colocar em cheque a expansão não só brasileira, como norte-americana, assim como ameaça gerar novas assimetrias no sistema internacional. Tudo dependerá dos contornos atribuídos à evolução do protagonismo chinês global e as reações geradas por ele.

Soma-se também a esse fenômeno, a crescente aquisição de empresas que operam no Brasil. Somente entre 2009 e 2010 esse número cresceu em cinco vezes, sendo as principais áreas de aquisição o petróleo e exploração do pré-sal, empresas financeiras, mineração e energia elétrica. O que significa que sendo a China a maior financiadora desses setores, ela reserva-se o direito de alterar o valor desses produtos, bem como garantir para si o acesso a boa parte desses recursos, básicos para qualquer país manter a estabilidade no seu crescimento econômico e segurança. Pautas cada vez mais latentes para um governo que observa a desaceleração da economia frente a uma rivalidade importante com os EUA (FRAGOSO, Clara. 2020).

A China também tem uma expressiva participação no mercado interno brasileiro de telecomunicações e energia, uma enorme presença de capital no agronegócio e um empréstimo bilionário feito a Petrobras, uma das maiores e mais importantes companhias brasileiras. Salientando uma relação de grande desigualdade e assimetria com o parceiro brasileiro, ameaçando subalterná-lo a uma posição de dependência. Outra evidência, seria o desequilíbrio de Investimentos Diretos (IDE), no qual os investimentos brasileiros na China decaem em grande escala, enquanto o contrário só aumenta, antagônico aos avanços do Conselho Empresarial Brasil-China, demonstrando que a abertura do Brasil ao mercado chinês não foi tão exitosa como o imaginado.

Um reflexo as críticas de Bas Hooijmaaijers (2021), que entende que os BRICS não foram exitosos em desbloquear todo o seu potencial comercial, e de Molin, Castelli e Nadal (2019) que entendem que a criação dos BRICS e a participação conjunta de Brasil e China no bloco, não alterou a balança de poder e não favoreceu uma expansão das trocas comerciais. Que, na realidade, as regras da relação sino-brasileira, foram setadas pelo seu longo histórico bilateral e se limitam, até os dias atuais, aos mesmos, que as estratégias chinesas eram outras e que o Brasil, foi meramente um meio para alcançá-las.

Paulo Roberto de Almeida (2017), complementa:

"Essa característica (de ter sido proposto por um economista de um banco privado) já deveria nos incitar a refletir sobre os BRICS não como um agrupamento dotado de lógica própria, definida de maneira soberana e independente por governos nacionais, mas como uma resposta oportunista detectada por diplomatas e dirigentes políticos, aproveitando um acrônimo que se tornou, inopinadamente, de grande apelo mercadológico e de notável exposição a atratividade política internacional."

Na visão do ex-diretor do IPRI, o BRICS nada mais é, do que uma resposta a necessidade de construir um bloco não exatamente contrário ao G7, mas suficientemente sólido para poder apresentar-se ao mundo como uma forma alternativa de desenvolvimento, mas estando, cada um dos seus respectivos cinco integrantes, individualmente motivados pelo aumento do seu poder relativo nas instâncias mundiais de governança política e econômica. Nesse sentido, apesar de interesses não necessariamente divergentes, o bloco não apresentaria coincidências, um contraposto à visão de outros autores e da própria chancelaria do Itamaraty.

Ainda adiciona a baixa qualidade das escolas brasileiras e a falta de oportunidades para as áreas da ciência, setores essenciais para qualquer país que busque alcançar o patamar de desenvolvido, ainda mais, o de uma potência mundial. E, relembra, que o comércio e o capitalismo *per se* são inerentes a assimetrias, é dizer, sem desigualdades não há vantagens comparativas para trocas internacionais. Que o Brasil, para seguir os *footprints* chineses, deveria abandonar uma estratégia de preferência Sul-Sul e buscar inserir-se em todos os quadrantes da economia mundial, explorando todas as possibilidades existentes sem discriminações geográficas, sejam em acordos multilaterais, unilaterais ou bilaterais... Isto é, ele entende que a pauta da alteração da balança de poder, é um tema que não concerne ao Brasil, devido a sua modéstia de recursos militares e o baixo envolvimento em questões de segurança internacional, salvo o próprio entorno regional do Atlântico Sul, com destaque ao tráfico de drogas e outros crimes transfronteiriços, o que torna a sua participação no bloco dos BRICS contraproducente, e até equívoca, uma vez que faltam endereçar pautas nacionais antes de elevar-se a nível de potência emergente (ALMEIDA, PAULO. 2017).

Conclusão

Por fim, a união estratégica entre Brasil e China intra e extra BRICS, apresentou-se à primeira vista como uma grande oportunidade de alcançar a ser um dos países do futuro, uma união entre países do Sul Global, para reivindicar uma nova ordenação financeira e comercial internacional, com novos autores surgindo e uma nova configuração do DIT (FRAGOSO, Clara. 2020). Porém, como apontado por vários autores supracitados, é uma união, que apesar de um primeiro momento exitosa, deve ser analisada com cautela de forma a angariar benefícios para ambos os países. Atualmente, a China é uma inegável aliada, porém demonstra relações de troca desiguais o que promove uma vantagem significativa em relação ao Brasil, podendo gerar uma assimetria irreversível, reproduzindo relações de desigualdade já existentes no *status quo* atual.

Clara Fragoso (2020) ainda ressalta que essa é uma característica da periferia global, ela entende que:

"Os países periféricos apresentam uma economia de caráter subordinado aos países centrais e, por vezes, aos países semiperiféricos também, possuem graves dificuldades em desenvolver suas indústrias, o que os torna dependentes das tecnologias de outros países e com economias extrativistas pouco desenvolvidas."

Apesar de ameaçadora, a relação Brasil-China pode continuar gerando frutos positivos para ambos os países, tudo dependerá das reações do governo brasileiro a essa expansão chinesa. Um exemplo, é a negociação por uma maior abertura do mercado chinês aos BRICS e sobretudo o Brasil, incluindo a possibilidade de aumentar o IDE e a isonomia de condições de entrada. Assim como, a condicionalização do IDE chinês, para agregar valor à cadeia de produção no território nacional e requerer maior conteúdo local. E, ao fim, promover maiores debates sobre as novas políticas cambiais, baseadas em moedas locais.

Caberá ao Brasil, também, promover o investimento de novas tecnologias na cadeia produtiva, podendo utilizar da mesma parceira, para impulsionar mudanças com o potencial de frear tais vulnerabilidades e diminuir o déficit comercial em detrimento da desigualdade de trocas comerciais entre ela (FRAGOSO, Clara. 2020). Como promover a diversificação de parcerias intra-BRICS e diminuir a dependência chinesa do bloco, uma oportunidade latente com a entrada de novos membros. E, além disso, fomentar o acercamento de empréstimos via banco dos BRICS para o investimento de infraestrutura somado ao desenvolvimento de projetos intrabloco que permitam a transferência de tecnologia para o país.

O que concluindo, significa avançar com maior pragmatismo, clareza e definição de ganhos do Brasil nos BRICS, assim como delimitar com maior rigor as fronteiras das relações sino-brasileiras intra e extra-BRICS, de maneira a frear ameaças e aproveitar oportunidades. Além de promover maior diversificação das suas relações no sistema internacional, sobretudo, com arranjos multilaterais mais novos e mais criativos, que partam de interesses de complementaridade econômica e desenvolvimento nacional.

BIBLIOGRAFIA

ABELIANSKY, Ana Lúcia e MARTINEZ, Imaculada. 2019. **‘The Relationship between the Chinese “Going Out” Strategy and International Trade.’** Economics: The Open-Access, Open-Assessment E-Journal 13 (1):1-18.

ABDENUR, Adriana Erthal. 2019. **Navigating the Ripple Effects: Brazil-China Relations in Light of the Belt and Road Initiative (BRI).** Vestnik of Saint Petersburg University. International relations, v. 12, n. 2, p. 153–168.

ACIOLY, Luciana. 2011. **As Relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil.** IPEA, Brasília: IPEA, n. 85, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6889>>. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 2010. **O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global).** In: BAUMANN, Renato (org.). O Brasil e os demais BRICS – Comércio e Política. Brasília: CEPAL, 2010, p. 131-154

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 2017. **O lugar dos BRICS na agenda brasileira internacional: reflexões, papéis e linkages.** Disponível em "O lugar dos BRICS nas relações internacionais contemporâneas: Anais do IV Congresso Internacional de Relações Internacionais de Pernambuco".

ALON, Ilan; ZHANG, Wenxian e LATTEMANN, Christoph. 2018. **China's Belt and Road Initiative: Changing the Rules of Globalization.** FIIB Business Review. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2319714518821211>>. Acesso em: 14 out. 2023.

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. 2006. **‘China-Brazil: perspectives for South-South cooperation.’** New Society, 203(1): 138-147. At <<https://nuso.org/articulo/china-brasil-perspectivas-de-cooperacion-sur-sur>>. Acesso em: 14 out. 2023.

AMORIM, Celso. 2014. **Início de uma política externa ativa e ativa.** In: MARINGONI, Gilberto; SCHUT-TE, Giorgio Romano; BERRON, Gonzalo (org.). 2003-2010: Uma nova Política Externa. Tubarão: Copiart, 2014, p. 31-52.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 2010. **Resenha da Política Exterior do Brasil, n. 106, 2010.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/re-senha106_1_2010.pdf> Acessado em 24 de outubro de 2023.

BREMMER, Ian. 2023. **A próxima superpotência mundial não é quem possam pensar.** Ted.com. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/ian_bremmer_the_next_global_superpower_isn_t_who_you_think?aut

oplay=true&muted=true&language=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BORGES, Fábio; NAGUAL, Felipe e MARTINS, Luiza. 2021. **O protagonismo da China no novo banco de desenvolvimento (NBD) dos Brics e possíveis contradições sob a presidência brasileira**. Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais. 11. 201.

BUSILLI, Virginia. 2019. **'The Chinese presence in the Southern Cone: Strategic relations and commercial ties with Argentina and Brazil.'** Studia Politicae 49(1): 77-109.

BUSILLI, Virginia e JAIME, María. 2021. **Chinese Investment in Brazil: Economic Diplomacy in Bilateral Relations**. Disponível em Contexto Internacional, Vol.43.

CARNEIRO, I. M. M.; RIBEIRO, E. S. e PERES, H. F. 2021. **Brasil e China: o histórico de quase meio século de relações diplomáticas**. *REPATS*, Volume 8. URL:

<https://www.researchgate.net/publication/351903772_BRASIL_E_CHINA_o_historico_de_quase_meio_seculo_de_relacoes_diplomaticas>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Central Bank of Brazil. 2020. **Database**. Central Bank of Brazil, Brasília. Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

El País. 2019. **Bolsonaro seals his reconciliation with China with investment proposals**.

Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2019/10/25/actualidad/1571966736_154441.html>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FRAGOSO, Clara. 2020. **O encontro geoestratégico entre Brasil e China no BRICS: um estudo comparativo**. App.uff.br, 2020. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/13170>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Fundo Monetário Internacional. 2021. **Relatório Sobre a Estabilidade Financeira Mundial**.

Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/Publications/GFSR>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GARLICK, Jeremy. 2020. **The Impact of China's Belt and Road Initiative: From Asia to Europe (1st ed.)**. Routledge. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781351182768>>. Acesso em: 12 out 2023.

GILPIN, Robert. 1990. **The political economy of international relations**. Buenos Aires: Latin American Publishing Group.

GILPIN, Robert. 2001. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/j.ctvcn4j53>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GOLDSTEIN, Aavery. 2005. **Rising to the Challenge. China's Grand Strategy**. Stanford University Press.

HOOIJMAAIJERS, Bas. 2021. **The BRICS Countries' Bilateral Economic Relations, 2009 to 2019: Between Rhetoric and Reality**. Disponível em Sage Open Journals, Vol. Outubro de 2021.

HURRELL, Andrew. 2010. **Brazil and the New Global Order**. Current history, v. 109, n. 724, p.

60–66, 2010. Disponível em:

<<https://online.ucpress.edu/currenthistory/article-abstract/109/724/60/108004/Brazil-and-the-New-Global-Order?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Itamaraty. 2018. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018**. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/auditorias/brasil-2018/gestao_2018.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

JOHNSON, Christopher K. 2016. **President Xi Jinping’s “Belt and Road” Initiative**. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/president-xi-jinpings-belt-and-road-initiative>>. Acesso em: 14 out. 2023.

KAGAN, Robert. 2008. **The Return of History and the End of Dreams**. Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2008/04/30/return-of-history-and-end-of-dreams-pub-20089>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LIU, Yu; CHEN, Dingding. **Why China Will Democratize**. *The Washington Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 41–63, 2012.

MOLIN, Elisiane; CASTELLI, Yasmin; NADAL, Emanuelle. 2019. **O papel dos BRICS nas relações diplomáticas entre Brasil e China**. *Idéias*, v. 10, p. e019007–e019007, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8656201>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. 2016. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas, análises e documentos**. Brasília: FUNAG.

NORRIS, Willian. 2010. **Economic Statecraft with Chinese Characteristics: The Use of Commercial Actors**. Disponível em: *China’s Grand Strategy*. New York: Princeton University Press.

OKANO-HEIJMANS, Maaïke. 2011. **Conceptualizing Economic Diplomacy: The Crossroads of International Relations, Economics, IPE and Diplomatic Studies**. *The Hague Journal of Diplomacy*, 6(1-2), 7-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1163/187119111X566742>>. Acesso em: 12 out 2023.

O’NEILL, Jim. 2001. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Archives. Disponível em: <<https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/building-better.html>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PANG, Xun. 2014. **The BRICS and China’s Networking Strategy for Social Power**. *Carnegie Endowment for International Peace*. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2014/05/30/brics-and-china-s-networking-strategy-for-social-power-pub-55692>>. Acesso em: 12 out 2023.

PARRA PÉREZ, Águeda. 2017. **OBOR: las 5 claves de la mayor iniciativa de infraestructuras mundial liderada por China**. Disponível em: <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2017/DIEEEO113-2017_OBOR_China_AguedaParra.pdf>. Acesso em: 12 out 2023.

QUERINO, Fabiane; CRUZ, Karina e CALEGARIO, Cristina. 2022. **Estudo sobre as vantagens comparativas reveladas do Brasil no acrônimo BRICS**. Disponível na Revista de Administração e Negócios da Amazônia, V.13.

REIS, Maria. 2013. **BRICS: surgimento e evolução**. In: PIMENTEL, J. V. S. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. 2 ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. 608 p. pt. 2, cap. 1, p. 47-71.

ROBERTS, Priscilla. 2021. **Economic Statecraft with Chinese Characteristics: Strange, New, and Different, or Old Wine in New Bottles?** Journal of Current Chinese Affairs. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/18681026211061750>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

RUBIOLLO, Florencia; BUSILLI, Virginia S. 2021. Diplomacia económica: **Aproximaciones conceptuales y su aplicación en la política de Xi Jinping hacia el Sur Global (Economic Diplomacy: Conceptual Approaches and Application to Xi Jinping's Policy in the Global South)**. Ssrn.com. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3845619>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, Gustavo Gil. 2020. **BRICS DEVELOPMENT IN GLOBAL POLITICAL ECONOMIC RULES**. Disponível na Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Jorge Tavares. 2015. **A China nos BRICS e a Configuração de uma Ordem Emergente Multipolar**. Academia.edu. Disponível em: <https://www.academia.edu/13984110/A_China_nos_BRICS_e_a_Configuracao_de_uma_Ordem_Emergente_Multipolar>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, André; HOLLEBEN, Raquel. 2020. **De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003 - 2020)**. Monções, v. 11, n. 22, p. 200–226, 2022. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/15098>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

WANG, Hongying. 2019. **The New Development Bank and the Asian Infrastructure Investment Bank: China's Ambiguous Approach to Global Financial Governance**. Development and Change, 50: 221-244. URL: <<https://doi.org/10.1111/dech.12473>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

WEINS, FERREIRA e FERODRIPPE. 2017. **O papel da “civilização ecológica” chinesa na nova ordem ambiental internacional: ideias para um mundo pós-COVID**. Ufsc.br. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77482/44754>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

XIAOYU, Pu. 2012. **Socialization as a Two-way Process: Emerging Powers and the Diffusion of International Norms.** The Chinese Journal of International Politics, Vol. 5.

XUETONG, Yan. 2011. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power.** Edited by Daniel A. Bell and Sun Zhe. Princeton University Press, 2011. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/j.ctt7skkq>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ZIBECH, Raúl. 2012. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo.** Disponível em: <<https://searchworks.stanford.edu/view/10609239>>. Acesso em: 18 nov. 2023.